

**SOB ALENTE DE UMA MÉDICA NOS ALVORES DO ESTADO NOVO -
APONTAMENTOS DE PUERICULTURA****UNDER THE LENS OF A DOCTOR IN THE DAWN OF THE ESTADO NOVO -
CHILDCARE NOTES****BAJO LALENTE DE UNA MÉDICA EN LOS ALBORES DEL ESTADO NOVO -
NOTAS DE CUIDADO INFANTIL**Hélder HENRIQUES¹Amélia MARCHÃO²Sergio Luis Mocito CAMPOS³Jussara Santos PIMENTA⁴

RESUMO: O estudo que se apresenta, e que se integra na linha de investigação desenvolvida por autores deste trabalho “A Infância: políticas, instituições e educação”, tomou como objeto de análise o livro “Cuidemos das criancinhas. Noções de puericultura”, da médica Emília Augusta de Sá Vargas Morgado, publicado em 1942. Tal análise, cuidada e como observação interpretativa de índole sócio histórica e sentido crítico, entende o livro enquanto memória que permite compreender e interpretar a pessoa e o mundo em múltiplas dimensões (política, histórica, social, económica, cultural, etc.), sendo aqui estudado em torno de dois objetivos principais: entender o papel da família, e em concreto da mulher, na educação das crianças mais novas no Estado Novo em Portugal e discutir o desenvolvimento da puericultura enquanto instrumento estatal capaz de intervir na esfera privada das famílias, ao abrigo do combate à mortalidade infantil. No quadro da matriz sócio histórica traçada conclui-se sobre o papel preponderante do Estado Novo em relação àquilo que importava difundir para preservar uma infância sã e moralmente adequada, baseada nos saberes médicos, psicológicos e pedagógicos, aqui corporizados na puericultura. O combate ao forte problema da mortalidade infantil foi assumido pelo Estado Novo com o objetivo estratégico de entrar na esfera privada das famílias e contribuir para a normalização dos indivíduos desde o seu nascimento.

Palavras-chave: Estado Novo. Infância. Cuidar. Puericultura.

ABSTRACT: *The present study, which is part of the research line developed by the authors of this work “Childhood: policies, institutions and education”, took as object of study the book “Let’s take care of little children. Notions of Childcare”, written by the physician Emília Augusta de Sá Vargas Morgado, published in 1942. Such serious analysis as an interpretive observation of a social-historical nature and critical sense, understands the book as a memory that allows us to comprehend and interpret the human being and the world in multiple dimensions (political, historical, social,*

¹ Doutor em Ciências da Educação. Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre, Portugal; GRUPOEDE Ceis20, Universidade de Coimbra (Portugal). ORCID: [0000-0002-0519-0304](https://orcid.org/0000-0002-0519-0304). E-mail: helderhenriques@ippportalegre.pt.

² Doutora em Educação. Instituto Politécnico de Portalegre, VALORIZA - Research Center for Endogenous Resource Valorization, Portugal. ORCID: [0000-0003-3424-9392](https://orcid.org/0000-0003-3424-9392). E-mail: ameliamarchao@ippportalegre.pt.

³ Doutor em História. Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre, Portugal. ORCID: [0000-0002-6173-0889](https://orcid.org/0000-0002-6173-0889). E-mail: scampos@ippportalegre.pt.

⁴ Doutora em Educação. Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Rondônia, Brasil. ORCID: [0000-0002-5283-2509](https://orcid.org/0000-0002-5283-2509). E-mail: jussara.pimenta@unir.br.

economic, cultural, etc.) and studied here around two main objectives: to understand the importance of family, and, in concrete, women's role in the education of younger children during the Estado Novo in Portugal and to discuss the development of childcare as a state instrument capable of intervening in the private sphere of families, as trying to fight child mortality. In the context of the developed historical socio-political matrix, it concludes on the preponderant role of the Estado Novo in relation to what was important to spread out to preserve a healthy and morally adequate childhood, based on medical, psychological and pedagogical knowledge, here embodied in what childcare is concerned. The fight against the strong problem of infant mortality was assumed by the Estado Novo with the strategic goal of entering into the private sphere of families and to contribute to the normalization of individuals since their birth.⁵

Keywords: *Estado Novo. Childhood. To take care. Childcare.*

RESUMEN: *El presente estudio, que forma parte de la línea de investigación desarrollada por los autores de este trabajo "Infancia: políticas, instituciones y educación", tomó como objeto de análisis el libro "Cuidar a los niños pequeños. Nociones de cuidado de niños", por la médica Emília Augusta de Sá Vargas Morgado, publicada en 1942. Tal análisis, cuidadoso y como observación interpretativa de naturaleza sociohistórica y sentido crítico, entiende el libro como un recuerdo que permite comprender e interpretar a la persona y al mundo. en múltiples dimensiones (política, histórica, social, económica, cultural, etc.), estudiada aquí en torno a dos objetivos principales: comprender el papel de la familia, y específicamente de la mujer, en la educación de los niños más pequeños en el Estado Novo en Portugal y discutir el desarrollo del cuidado infantil como un instrumento estatal capaz de intervenir en el ámbito privado de las familias, bajo la lucha contra la mortalidad infantil. En el marco de la matriz sociohistórica elaborada, concluimos sobre el papel preponderante del Estado Novo en relación con lo que era importante difundir para preservar una infancia sana y moralmente adecuada, basada en el conocimiento médico, psicológico y pedagógico, encarnado en el cuidado infantil. La lucha contra el fuerte problema de la mortalidad infantil fue asumida por el Estado Novo con el objetivo estratégico de ingresar al ámbito privado de las familias y contribuir a la normalización de las personas desde su nacimiento.*

Palabras clave: *Estado Novo. Infancia. Cuidar. Cuidado de niños.*

Introdução

O trabalho que ora se apresenta constitui o prolongamento de uma investigação maior, que dois dos seus autores têm vindo a desenvolver no âmbito das suas atividades científicas. A linha de investigação de que faz parte este trabalho intitula-se “A Infância: políticas, instituições e educação” do qual resultaram já diversos trabalhos publicados em Portugal e no Estrangeiro⁶.

⁵ Tradução de Andreia Correia Rodrigues.

⁶ Destacamos alguns desses trabalhos: Henriques e Vilhena (2015), Henriques e Marchão (2017), Henriques e Marchão (2017a), Henriques e Marchão (2017b), Henriques e Marchão (2017c), Marchão e Henriques (2017), Henriques e Marchão (2018), Henriques e Marchão (2018a), Henriques, Marchão e

No seguimento deste trabalho consideramos que a microanálise constitui também uma oportunidade de construir relações e, conseqüentemente, interpretações de objetos, como por exemplo um determinado livro, com as matérias aí referidas, os saberes que aí circulam, os protagonistas referenciados, as questões políticas, sociais ou educativas, entre tantas outras entradas possíveis.

Assim, a revisitação de um livro datado, de um dado contexto histórico, contribui, tal como as revistas ou periódicos (imprensa pedagógica), de forma inequívoca para conhecer o passado e compreender as opções, quer passadas quer presentes, em várias áreas da educação ou formação, incluindo as da política seguida em diferentes momentos e contextos. Neste âmbito o livro é um legado vital que ajuda o historiador atual a estruturar o pensamento e as ideias em História da Educação e permite, à semelhança de toda a imprensa pedagógica, identificar intenções e finalidades, atores e responsabilidades políticas e sociais, responsabilidades educativas/formativas ou de saúde pública, por exemplo. Igualmente contribui para interpretar realidades institucionais, ideários pedagógicos, circulação e apropriação de ideias, reconstruir biografias, entre outros fins.

Deste modo, os livros datados, mesmo aqueles que não usados diretamente num contexto escolar, quando estudados e analisados refletem as ideias e as políticas subjacentes no tempo e no espaço, podendo constituir-se como fontes e recursos para a História da Educação. Com eles podemos obter informações, reconhecer acontecimentos e identificar ligações muitas vezes provindas do Estado, não apenas confinadas ao contexto de uma escola ou de uma sala de aula, mas enquanto fonte que ajuda a perceber ideais individuais e ou coletivos ou ideais e modos de regulação estatal.

O estudo dos livros datados, à semelhança do que Hernández-Díaz (2018) refere sobre as revistas e periódicos que constituem a imprensa pedagógica, pode entender-se como recurso obrigatório para historiadores da educação. Também como Rocha e Felgueiras (2018) argumentam a propósito da imprensa pedagógica, os livros datados permitem aceder a relatos e informações muito próximas dos acontecimentos e dos problemas da esfera da educação. É neste âmbito que identificamos o livro “*Cuidemos das criancinhas. Noções de puericultura*” da médica Emília Augusta de Sá Vargas

Almeida (2018), Henriques, Marchão e Hernandez Díaz, (2018), Marchão, Henriques e Hernandez Díaz, (2018), Henriques e Marchão (2020), Henriques e Marchão (no prelo).

Morgado, publicado em 1942 pela editora Imprensa Portuguesa, que visa combater a ignorância das mães no processo de crescimento das crianças.

Tal compêndio é entendido no âmbito do combate à mortalidade infantil, grande flagelo do Estado Novo (e não só) que agrava as despesas do erário público. Segundo o Anuário Demográfico, INE, e Custódio Cónim (1990), fontes citadas por Mattoso (1993), na primeira metade do século XX, em Portugal, subsistem taxas de mortalidade infantil muito elevadas que, no entanto, se vão desvanecendo ao longo de várias décadas, passando de uma taxa de 209,0 (medida em permilagem) no ano de 1910 para uma taxa de 98 (medida em permilagem) no ano de 1950.

Este decréscimo é, em nosso entender, o resultado de um caminho da própria modernidade educativa objetivado no processo de normalização da infância, enquanto futuro da nação, combinado com uma valorização estratégica dos saberes científicos (por exemplo, a puericultura) e do reconhecimento da ciência como elemento capaz de conduzir à redução dos gastos públicos na área da saúde e à consequente diminuição da mortalidade infantil.

A autora do livro que irá servir de mote a este artigo refere, a propósito, que “o problema da protecção à infância interessa tanto à família como também, e directamente, ao Estado. Toda a nação civilizada tem de o tomar em consideração” (MORGADO, 1942, p. 1). Este entendimento reflete a consciência da autora que o trabalho que estava a produzir tinha como grande objetivo a transformação das populações e a emergência de novas formas de governar os indivíduos (FOUCAULT, 2007; ROSE, 1999). Como afirmam Henriques e Vilhena (2015), o Estado dirige-se à “população como seu principal alvo de ação, a partir de uma lógica triangular que articula soberania, disciplina e gestão governamental. O objetivo maior seria o de construir uma sociedade governável, de acordo com determinadas racionalidades produtoras de ordem social, a partir de cada um dos indivíduos que a compunha.” (p. 65).

Nesse âmbito, e numa alusão à Constituição Portuguesa de 1933 (Decreto n.º 22:241 de Fevereiro de 1933), percebe-se que a doutrina fascista se centra em torno da defesa da família, enquanto eixo fundamental de uma política que visa a implementação de medidas que estimulem a natalidade, e também em redor de uma harmonia familiar, definindo por decreto o papel de cada membro da família e a superior responsabilidade das autarquias e do Estado. Simultaneamente à defesa da puericultura associada à redução da taxa de mortalidade infantil, por exemplo entre 1939 e 1940, o Estado apoia

famílias carenciadas, numa perspetiva caritativa, através da distribuição de géneros alimentares e de medicamentos.

A defesa da puericultura elege a escola como lugar onde se deve ‘vulgarizar’ a higiene das crianças, sobretudo das raparigas, através dos manuais escolares e numa relação com as tarefas domésticas associadas às mulheres. Como referem Neves e Calado (2001), no livro único da Primeira Classe de então, as imagens das raparigas focam-se nas lides domésticas atribuídas às mulheres e associadas à higiene, alimentação e cuidados dos filhos.

Concomitantemente, surgem alguns livros dedicados às mães e que têm como objetivo combater a sua ignorância e os preconceitos que vigoravam sobre as crianças e os seus cuidados, sobretudo advindos de crenças de natureza cristã, desempenhando a imprensa e os livros um papel de relevo e também central em todo o processo de massificação dos ensinamentos que o Estado queria veicular.

Considere-se então o livro “*Cuidemos das criancinhas. Noções de puericultura*” da médica Emília Augusta de Sá Vargas Morgado (1942), que mapeámos através de um processo de análise documental, alicerçado numa matriz sócio histórica e de valorização da memória na sua dimensão escrita, a partir da definição de dois objetivos fundamentais e que se circunstanciam (i) na intelecção do papel da família, e em concreto da mulher, na educação das crianças no Estado Novo e (ii) no entendimento da puericultura enquanto instrumento estatal capaz de intervir na esfera privada das famílias, ao abrigo do combate à mortalidade infantil.

Nesse sentido, procurou-se entender o livro enquanto memória que nos permite compreender e interpretar a pessoa e o mundo, no passado e nos seus elementos políticos, históricos, sociais económicos e culturais. O livro em análise foi a fonte primária que promoveu a observação interpretativa de índole sócio histórica, cujos principais elementos interpretativos foram recolhidos através de uma ficha organizada em itens, como a identificação da fonte, a identificação do seu conteúdo geral e o registo de citações ilustrativas do conteúdo da obra, tendo presentes os objetivos de pesquisa antes identificados e o registo de comentários dos investigadores. A partir do registo nessa ficha procedeu-se à reflexão e interpretação dos significados do conteúdo do livro à luz da matriz sócio histórica traçada para a época da edição do livro, em concreto o Portugal do Estado Novo, e de modo particular a década de 40 do século XX. Procurou-se, assim, “compreender o conteúdo da informação, os problemas que

levantou, o modo como os estudou e as conclusões a que chegou” (SOUSA, 2005, p. 92), apreendendo as ideias plasmadas e destacando a sua importância.

A família, a mulher e a criança nos alvares do Estado Novo

O Estado Novo pode caracterizar-se, globalmente, como um regime de inspiração fascista, autoritário, com a ambição de controlar o indivíduo, assim como transformá-lo à luz de um sistema escolar próprio com regras e valores comuns onde, no caso português, o apelo à Pátria, ao líder, à fé cristã transformou a instituição escolar numa verdadeira ‘oficina das almas’. Não obstante, o efeito controlador pretendido podia funcionar com maior eficácia se o Estado conseguisse entrar na esfera privada das famílias, acabando por desacreditar as competências das mesmas no ato de cuidar e moralizar, como refere Emília Morgado no título do seu livro, “*Cuidemos das criancinhas. Noções de puericultura*”.

A importância da família enquanto estratégia de sedimentação da doutrina levou António de Oliveira Salazar a pronunciar-se publicamente sobre o seu pensamento, tentando limitá-la quanto à sua definição, bem como ao papel que cada membro deve desempenhar. Assim dizia Salazar no seus Discursos (citado em BRANDÃO, 2008, p. 77):

Não discutimos a família. Aí nasce o homem, aí se educam as gerações, aí se forma o pequeno mundo de afectos sem os quais o homem dificilmente pode viver. Quando a família se desfaz, desfaz-se a casa, desfaz-se o lar, desatam-se os laços de parentesco, para ficarem os homens diante do Estado isolados, estranhos, sem arrimo e despedidos moralmente de mais de metade de si mesmos; perde-se o nome, adquire-se um número – a vida social toma logo uma feição diferente.

Desde logo, o Estado Novo, na tentativa de solidificar a doutrina que o caracterizou, procurou à luz da Constituição de 1933 e das suas constantes revisões salientar o papel da família portuguesa, cujos atores (homem, mulher e filhos) avocam um papel importante na sociedade, com ênfase na educação das crianças pelos cônjuges. Podemos constatar nessa Constituição a amplitude das suas medidas, assim como o vasto território que pertence a Portugal, onde serão implementadas: Continente e Arquipélagos dos Açores e da Madeira, Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, São João Baptista de Ajudá, Cabinda Angola, Moçambique, Estado da Índia, Macau e Timor.

O artigo 11.º da Constituição de 1933 aclara a função do Estado face à família tradicional (cristã), enquanto garante da doutrina assente numa sociedade harmoniosa. Só pela família se poderá conservar e desenvolver a raça, tendo como pilares a educação primária e a sua disciplina. Compreendem-se, assim, as medidas implementadas que propendem apoiar as famílias - proteção à maternidade, impostos adaptados às famílias, salário familiar, apoio aos pais na educação e instrução dos filhos através de instituições para o efeito.

No caso da mulher, a sua intervenção na sociedade portuguesa é extremamente redutora, comparativamente com a Alemanha e a Itália, cujo processo que conduziu à afirmação destes regimes continha movimentos femininos, ao contrário de Portugal.

No início da década de trinta, ao contrário do que se passou na Alemanha e na Itália, onde os regimes ascenderam ao poder através de movimentos políticos que também incluíram secções femininas, não havia em Portugal, à excepção das associações da Acção Católica Portuguesa (ACP), organizações autónomas de mulheres na direita do espectro político nem núcleos femininos organizados no seio da UN ou de outra estrutura do regime (PIMENTEL, 2001, p. 95).

Esta analogia entre os países de regime autoritário leva-nos a depreender a particularidade do papel da mulher na sociedade portuguesa – a mulher para a família, a mulher para o lar. Assim, o crepúsculo da história da mulher constrói-se através de uma história relacional, onde o seu lugar está presente no ciclo de vida do homem, numa perfeita analogia de género. Assumindo a maternidade como uma função social, a mulher é vista como uma representação na sociedade em detrimento da individualidade, capaz de pôr em causa os alicerces de uma sociedade patriarcal – a mulher tradicional e a supervivência da nação.

Dissecando sobre esta relação, por vezes ambígua, consegue-se perceber o papel da mulher na sociedade, influenciada pela ideologia política que tende a manter a matriz conservadora assente em princípios religiosos (cristianismo), sob a estreita ligação entre o poder político e o poder religioso que, entretanto, se tinha consumado com a concordata assinada em 1940.

Dissertar sobre o papel da mulher em Portugal no Estado Novo obriga-nos a recorrer à generalização como um método de análise, na tentativa de compreender o desempenho das massas e não das minorias. Nesta ótica subvaloriza-se a emancipação de algumas mulheres durante a ditadura salazarista, sem o regozijo do presidente do Conselho de Ministros, como foi o caso das primeiras deputadas eleitas para a

Assembleia Nacional - Domitila de Carvalho, Maria Guardiola e Maria Cândida Parreira. O poder político assume duas posturas que, de forma categórica, demonstram a sua preocupação com a emancipação feminina. Se por um lado permite a criação de organizações femininas, devidamente enquadradas no campo ideológico, por outro reprime e extingue este tipo de iniciativas, como foi o caso da extinção compulsiva do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, no ano de 1948 no âmbito da exposição de alguns livros escritos por mulheres.

A relação da mulher com a família e com o mundo do trabalho fez, por vezes, aumentar os receios relativamente ao saldo fisiológico da nação que durante largos períodos era exíguo. A forte presença da igreja na sociedade fez aumentar os receios da entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Fortalecida com o apoio da Igreja, uma política familialista tem como alvo privilegiado o trabalho das mulheres, e especialmente das mulheres casadas. Desse trabalho nasce todo o mal, a ele é imputada a queda da natalidade, a mortalidade infantil, a desagregação do lar, a degenerescência dos costumes e a abdicação dos pais face à educação dos filhos (DUBY; PERROT, 1995, p. 508).

No que concerne à escolaridade das mulheres, nos anos 30, podemos verificar através da obra “História das Organizações Femininas do Estado Novo” a enorme discrepância entre os rapazes e as raparigas; segundo a autora “a escolaridade feminina era muito inferior à masculina - 180 768 raparigas para 241 856 rapazes em 1930” (p. 81), sendo a taxa de analfabetismo feminino de 69,9% e de analfabetismo masculino de 52,8% (PIMENTEL, 2001).

Tornava-se premente a entrada do Estado Novo no seio das famílias. Por um lado, porque se assumia o problema visível e concreto da mortalidade infantil, mas, por outro lado, porque era necessário inculcar bons costumes nas famílias e na sua relação com as crianças mais pequenas, tornando-as melhores portuguesas e portuguesas. Assume-se, como referido anteriormente, que a mulher tem um papel central na moralização da sociedade através da veiculação de bons costumes e boas práticas de higiene, entre outros, às suas crianças. O seu lugar estava bem definido na estrutura social do Estado Novo nos alvares dos anos 30 da centúria passada.

É neste contexto que surgem algumas obras de diversos profissionais, nomeadamente médicos/as, que procuram conduzir a conduta daquelas que têm, para o regime político de então, um papel estruturante no processo de criar, educar e moralizar a sociedade portuguesa. Centremo-nos numa dessas obras.

A obra “Cuidemos das criancinhas. Noções de puericultura” de Emília Augusta de Sá Vargas Morgado (1942)

O livro que expomos tem como autora a médica Emília Morgado, que nasceu em Bragança no ano de 1905. Segundo o Anuário da Faculdade de Medicina do Pôrto, XIV publicado em 1928, coordenado pelos Professores Alberto de Aguiar e Hernáni Monteiro, a autora concluiu o 4.º ano e as especialidades médicas em outubro de 1927 com 16 valores. Exerceu medicina em Bragança, e segundo Pessoa (2005), a médica foi colaboradora da revista “Os Nossos Filhos”, com o primeiro número editado em junho de 1942, sendo “dirigida aos pais, mas [...] quase só a pensar na educação das mães” (p. 808). Pessoa (2016) defendeu que a mesma revista deveria ser encarada como “uma proposta sistematizadora de educação das mães e das crianças, num contexto de oposição e de resistência” (2016, p. 98) ao Estado Novo.

O livro, que foi um dos livros de puericultura publicado na época, conta com dois prefácios; um de Costa Sacadura (ilustre Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa e Diretor da Maternidade Alfredo da Costa, da Maternidade Magalhães Coutinho e da Escola de Enfermagem Artur Ravara e outro de António de Almeida Garrett (ilustre Professor de Pediatria da Faculdade de Medicina do Porto e Diretor do Instituto de Puericultura).

Em tais prefácios salienta-se o valor e a competência da autora e a oportunidade da obra, repleta de “consciência, ciência e arte de puericultura” (COSTA SACADURA, 1942, p. IV) que contribuirá para saciar a ignorância das Mães Portuguesas, “as grandes obreiras da Nação Portuguesa - [que] darão a Portugal os homens saudáveis, fortes e felizes, de que êle necessita, para no futuro continuar as glórias do Passado” (COSTA SACADURA, 1942, p. V). A obra é também caracterizada como um guia seguro que deve ser seguido pelas mães como garante de criarem bem os filhos e para que estes “[as crianças] prosperem, se desenvolvam, fortes e sãs” (GARRETT, 1942, p. VII) e que deve ser lido inclusive por gente culta e muito instruída, mas que ignora regras de higiene que comprometem a saúde e afetam, sobretudo, as crianças pela sua maior vulnerabilidade.

Este conjunto de ideias aponta para a necessidade de robustecer o conhecimento das mães portuguesas sobre a infância, assumindo o Estado um papel central na produção e transmissão desses ensinamentos. O resultado esperado desta relação, como afirma Henriques (2015, p. 191), consistia na produção de crianças aptas aos propósitos

do regime político vigente. A consideração que acabamos de fazer encontra-se alinhada com o pensamento de Popkewitz e Bloch (2000, p. 46) quando afirmam que:

As famílias, em especial as mães, foram inundadas com informação e conselhos sobre os cuidados a ter com a formação dos filhos, desde o período pré-natal, passando pela adolescência, até à fase adulta. Em qualquer dos casos estas mensagens eram portadoras de conhecimentos científicos especializados que definiam o que era “normal” e desejável na infância e quais os cuidados que as famílias deveriam proporcionar à sua prole.

É neste sentido que surgem alguns guias orientadores das famílias que procuram combater o problema socialmente visível que era a mortalidade infantil e, conseqüentemente, alimentam toda uma estratégia de governação da população portuguesa controlando as famílias no seu espaço mais privado (a sua casa) e projetando aqueles que constituíam o futuro da nação e do próprio regime ao abrigo da ignorância das mães portuguesas. É neste contexto que, aos poucos, se definem e desenvolvem novas atividades profissionais, como foi o caso das auxiliares sociais e das enfermeiras (HENRIQUES, 2018), entre outras.

Figura 1 Capa do livro original, conforme referência bibliográfica.



Fonte: Fotografia/digitalização dos autores.

Assim, a autora inicia o livro contextualizando a sua necessidade e pertinência, numa altura em que a mortalidade infantil é bastante acentuada e com causas que, segundo a autora, estão vincadas à ignorância alargada, quer de classes populares quer de classes mais elevadas. Igualmente estabelece os fins da puericultura, referindo que o objetivo é “educar a mulher na nobilíssima missão de proteger a criança” (MORGADO, 1942, p. 1) e, simultaneamente, enaltece o estado, pelo facto de ter decretado o ensino da puericultura nos liceus ou outras escolas, numa perspetiva de proteção à infância que compete à família e de modo direto ao estado. Em seu entender o ensino da puericultura objetiva também uma maior cultura geral, como decretado em 1936 e em 1937, no Decreto-lei n. 26:61 de 19 de maio de 1936 que aprova o Regimento da Junta Nacional de Educação e estabelece a Mocidade Portuguesa Feminina.

Diz a autora que “A vulgarização da higiene infantil, uma vez organizado o seu ensino oficial, com probabilidades de o tornar extensivo a todas as escolas femininas, constitui a base duma eficaz assistência. Os resultados desta iniciativa marcarão como um dos melhores progressos realizados no atual momento” (MORGADO, 1942, p. 1).

Argumenta ainda que o ensino da puericultura potencia menos gastos de saúde, pois irá reduzir o número de crianças doentes, fortalecerá a família e o estado que assim verá crescer “os seus meios de defesa e consolidação, numa maior valorização dos seus homens de trabalho” (MORGADO, 1942, p. 2).

Ao longo do livro, Emília Morgado explora os fins da puericultura e dos cursos de puericultura e a sua importância no período pré-natal (durante a gestação), estabelecendo que importa estudar a criança durante a sua infância e estudar os meios que irão promover o seu desenvolvimento e, para isso se aprenderá “a arte de a tratar, dispensando-lhe os cuidados que exige a sua delicada constituição” (MORGADO, 1942, p. 7). Estabelece igualmente que a puericultura representa uma atitude ativa para uma sociedade mais justa, que interessa aos médicos, mas também aos professores, aos advogados, aos homens de letras, a cada um individualmente e ao Estado e que todos devem agir em cooperação.

É notório o enaltecer do Estado enquanto promotor do ensino da puericultura nas escolas como meio de proteger a criança. Diz a autora, referindo que o ensino da puericultura deve generalizar-se entre os menos e os mais privilegiados:

Concorrendo para uma diminuição da mortalidade infantil, ensinando a criar filhos sãos, instruindo e educando melhor, será das escolas que partirá o maior entusiasmo pelas obras de protecção que todos devem conhecer. Contribuir-se-á, assim, para que as crianças sejam fortes e cheias de alegria, formando laços sagrados na harmonia do lar português. (MORGADO, 1942, p. 8).

Ao longo do livro, a médica/autora, para além de uma abordagem geral sobre a importância da puericultura, aborda questões muito específicas que inclusivamente dão título e subtítulos aos diferentes capítulos do livro, nomeadamente: *Primeiros cuidados após a nascença, Infância, Alimentação na 1.ª infância, Crianças débeis e prematuras, A saúde e o desenvolvimento na primeira infância, Higiene geral na 1.ª infância, Preconceitos prejudiciais às crianças, Doenças principais das crianças, Profilaxia em geral, de algumas doenças infecciosas, Noções de enfermagem e de alguns socorros de urgência, Mortalidade infantil, Protecção Social da criança.*

Entre os destaques e especificidades, explica procedimentos a adotar pelas mães e como proceder em diferentes situações. Exemplifica-se, na ilustração seguinte, o momento e os procedimentos a adotar na higiene das crianças mais novas.

Figura 2 “No Posto de Puericultura n.º 5 da J.D.L., instalado no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho. Dando banho a uma criança de 3 meses”



Fonte: Morgado (1942, p. 85).

Em defesa da puericultura e da proteção na infância, a autora assume a saúde da criança com toda a preocupação e, nesse sentido, incute ensinamentos básicos na tentativa de prevenir ou responder de forma eficaz à saúde da criança e à sua perfeita condição. Destaca a importância, por exemplo, dos cuidados a ter com a cabeça da criança, apelidada de *moleirinho*, sempre recorrendo a imagens explicativas da grande e pequena fontanela. Assume que todos os comportamentos e sintomas da criança devem ser observados com toda a minuciosidade e enquadrados nas orientações fornecidas pelo seu compêndio. Ilustra o seu conhecimento, a expressão da autora:

A fontanela anterior ou «moleirinha» tem a forma de um losango e está situada no espaço em que se deve dar união de frontal (dividido em duas partes) com os parietais. Começa a fechar-se pelos seis meses, estando completamente fechada à volta dos 18 meses. (MORGADO, 1942, p. 23).

A Dr.^a Emília Morgado disserta em favor da alimentação natural (aleitamento) e a enorme importância da alimentação da criança nesta fase. Por isso, apresenta as vantagens e desvantagens dos vários tipos de aleitamento, bem como os perigos inerentes e destaca o leite materno como o alimento com maiores potencialidades para a criança, caso o mesmo esteja em conformidade com os parâmetros previamente definidos.

Devido às elevadas potencialidades do leite materno, apresenta um quadro de aleitamento materno, desde o primeiro dia até ao sexto mês, como se ilustra na figura seguinte.

Figura 3 “Aleitamento Materno”

Idade	Peso	Altura	Número de refeições em 24 horas	Quantidade de leite	
				Por mamada	Em 24 horas
1.º dia	3 ^l g,250	49 cm.	Água açucarada	0 grs.	0 grs.
2.º dia			4	10 grs.	40 grs.
3.º dia			6	20 grs.	120 grs.
10.º dia	3 ^{kg} ,250		8	45 grs.	360 grs.
30.º dia	3 ^{kg} ,700	54 cm.	8	75 grs.	600 grs.
2.º mês	4 ^l g,500	57 cm.	7	90 grs.	630 grs.
3.º mês	5 ^l g	60 cm.	7	110 grs.	770 grs.
4.º mês	5 ^{kg} ,800	62 cm.	6	130 grs.	780 grs.
5.º mês	6 ^l g,500	63 cm.	6	140 grs.	840 grs.
6.º mês	7 ^l g,100	64 cm.	6	150 grs.	900 grs.

Fonte: Morgado (1942, p. 38).

Em termos da alimentação da criança mais nova, mereceu, também, uma análise cuidada da Dr.^a Emília Morgado o consumo de leite de vaca, tão vulgar na época, originando a criação de legislação específica para regulamentar a venda e distribuição, pelo Decreto-lei n.º 28:974 de agosto de 1938, no artigo VIII.

A autora preocupa-se também com os nascimentos prematuros e com os cuidados a ter com estes, tendo em conta as características da debilidade congénita e os cuidados especiais que devem ser tomados. A citação seguinte apresenta as características atribuídas aos prematuros.

O recém-nascido apresenta um peso menor que o normal: inferior a 3 quilos (debilidade benigna) ou inferior a 2 quilos (debilidade grave); temperatura inferior a 36 graus, notando-se tendência para o arrefecimento, mau funcionamento digestivo. [...] Muitas vezes para evitar o arrefecimento é necessário manter o recém-nascido envolvido com uma pasta de algodão e no berço colocar botijas ou sacos de água quente. (MORGADO, 1942, p. 69).

A saúde e o desenvolvimento na primeira infância associam-se à higiene durante esse período da vida da criança e a autora expõe no livro questões como as características exteriores da criança - aspeto da criança, assim como o evoluir do peso e o seu crescimento cuja relação entre peso e altura é devidamente apresentado ao leitor através de tabelas e gráficos, permitindo ao adulto conhecer quais os parâmetros de crescimento da criança previamente definidos. Para além desses aspetos, apresentam-se as características das fezes da criança, assim como a dentição, num claro processo evolutivo, com o recurso a imagens que ajudam o leitor a conhecer a evolução da dentição até aos dois anos e meio. Verifica-se, também, uma chamada de atenção para o comportamento motor da criança, através das atitudes e comportamentos, desde o gatinhar até aos primeiros passos. Nesse decurso, e no que se refere à *Higiene geral na 1ª infância*, faz algumas considerações sobre o berço e o quarto da criança, a sua higiene, o vestuário e os passeios ao ar livre. Tanto no quarto como nos passeios ao ar livre, sugere-se que o adulto tenha em consideração as condições climatéricas, procurando temperaturas amenas, evitando os “choques” térmicos. Para um bom desenvolvimento é importante que se valorize o sono da criança, em condições de segurança (posicionamento) e de conforto. Assim,

As informações relativas ao sono têm o maior interesse para se avaliar a sua saúde. Normalmente, até aos doze meses, a criança dorme muito. Na cama deve passar a maior parte do tempo. [...] É mau hábito adormecer as crianças ao colo. Devem deitar-se na sua cama ou berço. (MORGADO, 1942, p. 82).

Aborda, igualmente na sua obra, a questão de alguns preconceitos prejudiciais às crianças, de uma variedade imensa de maus hábitos na saúde da criança, resultantes do apedutismo dos adultos. Emília Morgado (1942) expressa que “Muitos são os preconceitos e maus hábitos relativos à saúde das crianças, que a tradição mantém nas diferentes terras do nosso país. Alguns de tão esquisita fantasia, qualquer pessoa os classifica devidos a ignorância” (p. 97). A incomensurabilidade desses maus hábitos vai desde a mastigação dos alimentos antes de os dar a comer à criança ao apertar a cabeça da criança com uma touca para que a *moleirinha* feche de forma célere, ao assumir que quando uma criança chora é porque tem fome e à necessidade da criança levar à boca alguns objetos para reduzir a frequência e intensidade do choro.

Na leitura do compêndio encontram-se ainda referências às *Doenças principais das crianças*, como as doenças hereditárias do aparelho respiratório e eruptivas, a enterite, a coqueluche, o farfalho, as convulsões e o raquitismo. Igualmente se encontram destaques a algumas doenças cujos efeitos colaterais podem ser devastadores como é o caso da sífilis, provocando, em muitas situações, abortos ou partos prematuros, o que faz aumentar a taxa de mortalidade infantil. Neste autêntico compêndio de doenças triviais, onde o contágio é feito com relativa facilidade, informam-se os adultos dos cuidados a seguir com as doenças eruptivas, como o sarampo, a varíola, a varicela e a escarlatina.

O livro incorpora noções de *Profilaxia em geral, de algumas doenças infecciosas, de cegueira e surdez* e enaltece o trabalho desenvolvido pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social, pela promoção e divulgação de medidas sanitárias em redor da saúde pública. A autora afirma a latente preocupação da sociedade portuguesa, em especial das entidades competentes para o efeito, como é o caso desta Liga, que tem originado muitas comunicações em diversos espaços, sejam eles mais ou menos académicos. Morgado destaca que a Liga se tem debruçado na tentativa de combater algumas doenças, nomeadamente a incorreta higienização das pessoas ou a débil salubridade de algumas habitações e espaços comerciais. Daí narrarem-se algumas regras gerais observáveis pelos adultos, para que seja possível atuar de forma preventiva.

Os sucessivos avanços na medicina são enfatizados nesta obra como passos importantes no combate às doenças que mais afetam as crianças; assim, a vacinação, sob as ordens do médico e administradas por ele ou por um enfermeiro, é vista como uma das formas mais eficaz no combate ao aparecimento de doenças e à sua erradicação.

Nesse contexto apresenta no livro *Noções de enfermagem e de alguns socorros de urgência* e, de forma sucinta, inclui algumas indicações de grande utilidade, constituindo-se num autêntico curso de formação intensivo sobre princípios básicos e vitais a serem utilizados pelos adultos de forma a proteger a criança. Assim, são elencadas as noções basilares neste setor: administração de fármacos, verificação da temperatura da criança e *modus operandi*, cataplasmas, clisteres, banhos (quente e frio), alimentação das crianças doentes e os socorros de urgência (ferimentos, queimaduras, asfixia, hemorragia nasal e o falso crupe). Apresenta, a par da descrição da situação, as indicações que considera preciosas para colmatar essa situação. Veja-se por exemplo o seguinte excerto:

Hemorragia nasal. – Se o sangue é expulso em grande quantidade, como primeiro tratamento, convém exercer pressão sobre a asa do nariz, do lado que sangra. Esta pressão incidirá sobre o septo, imediatamente por debaixo dos ossos do nariz e muitas vezes faz parar a hemorragia [...] Falso crupe – Enquanto se espera pela sua observação, devem colocar-se, repetidas vezes, sobre o pescoço, uns pensos de água quente ou cataplasmas de linhaça fazendo umas inalações de vapor de água. (MORGADO, 1942, p. 126).

A *Mortalidade infantil*, preocupação do Estado e da autora, é assunto também abordado no compêndio, remetendo para a necessidade de os adultos refletirem sobre as causas que conduzem a este fenómeno tão prejudicial para a nação. É sob as palavras da médica Emília Morgado que se percebe que o propósito do combate à mortalidade infantil não é em si mesmo um fim; é antes um meio capaz de chegar ao interior das famílias e “ajudá-las” a construir melhores cidadãos, entenda-se mais enquadrados com a moral da época. A citação seguinte ilustra a sua argumentação:

A defesa dos interesses da Pátria exige que a Família portuguesa seja protegida na sua saúde, preparando gerações fortes. O nosso país tem um índice de natalidade dos mais elevados no mapa europeu, sendo dever imperioso obstar a que morram tantas crianças, vítimas da ignorância dos seus pais. (MORGADO, 1942, p. 129).

Também não devemos desconsiderar as influências estrangeiras que Emília Morgado assume quando se realça no texto, mais uma vez, a valorização de uma atitude preventiva, consubstanciando-se nas consultas pré-natais e no apoio prestado por algumas entidades, nomeadamente os Dispensários de Higiene Social, as Maternidades e os Dispensários Infantis. Esta enorme preocupação leva a que sejam divulgados alguns dados estatísticos na tentativa de fazer cair o elevado coeficiente de mortalidade infantil, comparativamente com alguns países europeus, casos da Holanda, da Suécia, da Suíça e da Noruega.

A este propósito, extraem-se do livro alguns dados estatísticos, conforme a Ilustração IV.

Figura 4 “Estatística relativa ao ano de 1938” e “Mortalidade infantil. Óbitos de crianças de 0 a 5 anos. Causas”

Estatística relativa ao ano de 1938		
<i>Movimento da população</i>		
Nado-vivos		199.467
Nado-mortos		9.176
Óbitos		115.331
Mortalidade infantil. Óbitos de crianças de 0 a 5 anos. Causas		
Gastro-enterite .	{ menos de 2 anos	12.136
	{ 2 e mais anos	1.671
Debilidade congénita, vícios de conformação e nascimentos prematuros .		6.365
Bronquite		725
Pneumonia		5.247
Tuberculose do aparelho respiratório		410
Tôdas as outras tuberculosas		802
Variola		131
Escarlatina		69
Sarampo		1.309
Difteria		664
Tosse convulsa		572
Outras doenças		9.260
		39.361
	Número total de óbitos	39.361

Fonte: Morgado (1942, p. 129).

Nos finais do livro, e no seu último capítulo, a autora aborda a questão da *Proteção Social da criança*, tendo em consideração a situação familiar, o contexto social e educativo em que se insere. Nesta linha de preocupações apresenta algumas

medidas de apoio fomentadas pelo próprio Estado, assim como algumas instituições de apoio, nomeadamente: Organização Nacional de Defesa da Família e Obra das Mães pela Educação Nacional; as creches; os hospícios; os institutos de cegos e surdos-mudos; parques e jardins de infância; maternidades e dispensários; cantinas; colónias de férias; sanatórios, hospitais gerais e preventórios.

Sendo considerado um assunto de âmbito familiar e de interesse público interessa ao Estado Português envolver toda a sociedade no combate à mortalidade infantil. O surgimento de algumas organizações, como é o caso da Mocidade Portuguesa, regulamentada pelo Decreto-lei n.º 26:611 de 19 de maio de 1936, era visto como alicerce da doutrina em prol dos valores da ditadura fascista. Surgem, inevitavelmente, as jornadas das Mães de Família e a Organização Nacional Defesa da Família para estimular a procriação, combatendo o celibato, um dos maiores entraves à natalidade, assim como os métodos contraceptivos.

Figura 5 “Defesa da Família – Lisboa e Porto”

AUXÍLIOS	LISBOA 1938	PORTO 1938	LISBOA 1939	PORTO 1939	LISBOA 1940	PORTO 1940
Géneros	615	333	1152	476	1357	890
Vestuário	225	114	27	36	64	351
Camas	10	30	4	40	22	21
Cobertores	58	26	19	77	—	89
Colchões	227	75	79	98	60	83
Lençóis	9	93	—	78	—	107
Medicamentos	250	200	476	36	1119	294
Enxovais	569	117	13	31	25	27
Rendas de casa	745	108	496	32	131	240
Consultas	2841	—	468	—	534	106
Internamentos	27	326	9	23	2	55

Fonte: Pimentel (2001, p. 68).

Nas cidades de Lisboa e Porto, entre os anos de 1939 e 1940, verifica-se um aumento significativo do apoio prestado através de géneros alimentares e de medicamentos; esta forma de auxílio às famílias mais carenciadas revela umas das preocupações bem latentes na época, em que o Estado assume a responsabilidade de acudir aos mais vulneráveis em defesa da família e em prol da natalidade.

A defesa da família era consagrada pelo Instituto de Assistência à Família e pelo Instituto Maternal influenciado pelas medidas de sucesso britânicas, nomeadamente o Estado-providência.

Como era habitual em muitas instituições do Estado Novo, o IAF ficou com um rol infindável de atribuições, em relação simétrica com a sua ineficácia. O instituto propunha-se «coordenar» e «promover» as instituições da defesa da família, combater as práticas anticoncepcionais e as causas da degenerescência física, encontrar trabalho para os desempregados, subsidiar as famílias numerosas, difundir noções de puericultura e higiene, reduzir a mortalidade infantil e organizar as jornadas das Mães de Família. (PIMENTEL, 2001, p. 69).

A criação do abono de família em Portugal, através do Decreto-lei 32:192, de 13 de agosto de 1942, consagrava este apoio tão fundamental, sendo que nalguns países europeus, na sua maioria com regimes autoritários, já o tinham feito na década de trinta: Espanha, Itália, Alemanha, França e Bélgica.

Também a escola, lugar primordial onde se pugna pela vulgarização da higiene infantil das crianças, sobretudo das raparigas, é eleita como local de excelência para transmitir um maior conhecimento de Puericultura em estrita simbiose com as funções domésticas. Daí os manuais escolares serem um importante meio para se atingirem os fins propostos durante todo o Estado Novo.

O Livro da Primeira Classe, aprovado como livro único, durante décadas pelo Estado Novo, apresenta a abrir antecedendo os textos, duas páginas de gravuras com meninas e, no final, duas páginas de gravuras de meninos. Cada par de páginas representa as crianças em diversas tarefas que, claramente, evidenciam a intencionalidade do projeto pedagógico. Nas duas páginas prévias ao texto, as imagens mostram meninas afadigas a lavar a roupa, varrer, passar a ferro, estender massa com o rolo, cozinhar, lavar o chão, pôr a mesa, dar o biberão ao bebé, passeá-lo no carrinho, regar as flores do jardim. (NEVES; CALADO, 2001, p. 26).

Os professores, os médicos, os advogados e todos os demais homens que possuem capacidade de ler e escrever, sobretudo, os que estão intimamente ligados às letras são os principais agentes educativos capazes de serem instruídos por cursos de Puericultura.

Considerações finais

A preocupação com esta “primeira infância” esteve na origem de guias orientadores dedicados à puericultura, às suas características e aos modos de intervenção em sociedade. O Estado, em concertação com uma pluralidade de saberes, assumiu um papel central na definição daquilo que pretendia para os seus “pupilos”. Torna-se evidente, tal como fomos afirmando e evidenciando, que o Estado assumiu, estrategicamente, a possibilidade de criar estes novos portugueses e portuguesas através da definição higiénico-moral do contexto axiológico da época. Procurou-se a preservação da infância no seguimento daquilo que é característica da modernidade educativa, normalizando-se a partir de saberes médicos, psicológicos, pedagógicos ou do direito que classificam as crianças e, portanto, as normalizam de acordo com os pressupostos de cada época ou regime político. É neste sentido que Henriques e Vilhena (2015) afirmam que tudo isto está envolvido numa “razão de estado” que pretende atingir “no coração” indivíduos desde o momento anterior ao seu próprio nascimento.

Em síntese, o Estado Novo, à semelhança daquilo que aconteceu noutras realidades europeias, embora com especificidades próprias, assumiu o problema da mortalidade infantil com o objetivo estratégico de entrar na esfera privada das famílias e de governar as mesmas, apoiado num conjunto alargado de saberes, como é o caso da medicina ou da pedagogia, normalizando os indivíduos desde, pelo menos, o momento do seu nascimento. O argumento da ausência de literacia e, portanto, da ignorância das famílias e em concreto das mães, a definição do lugar da mulher na sociedade, as políticas públicas e os organismos criados no Estado Novo parecem apontar para este processo de preservação da infância, isto é, de normalização e governo da família e da criança de acordo com as técnicas, as classificações, os saberes e os princípios morais dos alvares da edificação do Estado Novo em Portugal.

Uma criança saudável significaria um/a Português/esa sadio/a, moralmente responsável e forte, como pretendia o regime político vigente num enquadramento maior que foi o da modernidade educativa. É nesse sentido que a obra *Cuidemos das Criancinhas. Noções de puericultura* de Emília Morgado se assume, como contributo para aumentar a qualidade dos cuidados à infância e diminuir as taxas de mortalidade infantil presentes na época.

Referências

- AGUIAR, A.; MONTEIRO, H. (Coords.). **Anuário da Faculdade de Medicina do Porto, XIV**. Anos lectivos de 1919-1920 a 1926-1927. Porto: Emp. Indust. Gráfica do Porto, Ld.^a, 1928.
- BRANDÃO, F. **Salazar** - citações. Chamusca: Edições Cosmos, 2008.
- SACADURA, C. Prefácios. In MORGADO, E. **Cuidemos das Criancinhas**. Noções de puericultura. (pp. III-V). Porto: Imprensa Portuguesa, 1942.
- DUBY, G.; PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente**. Afrontamento: Porto, 1995.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 2007.
- GARRETT, A. Prefácios. In MORGADO, E. **Cuidemos das Criancinhas**. Noções de puericultura. (pp. VI-VII). Porto: Imprensa Portuguesa, 1942.
- HENRIQUES, H. **A Enfermagem em Portugal**: formação e identidade profissional. Castelo Branco: RVJ editores, 2018.
- HENRIQUES, H. A produção da marginalidade infantil em Portugal: o lugar da família e da escola nas primeiras décadas do século XX. **Territórios e Fronteiras**, 8 (1), 186-203, 2015. Disponível em: <<http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/298>>. DOI: <<http://dx.doi.org/10.22228/rt-f.v8i>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.
- HENRIQUES, H. M. G.; VILHENA, C. C. A preservação da infância: análise de discursos sobre a criança em perigo moral (PORTUGAL, 1910-1916). **Educação em Revista**, 31(2), 61-81, 2015. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/0102-4698132627>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.
- HENRIQUES, H.; MARCHÃO, A. A. Revisitar a formação de educadores/as de infância através da Revista Aprender (1987-2015). **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 160-182, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/issue/view/589/showToc>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.
- HENRIQUES, H.; MARCHÃO, A. Uma perspectiva sobre Alves dos Santos (1866-1924): apropriação e difusão de ideias pedagógicas em Portugal. **Revista de História e Historiografia da Educação**. v. 1, n.º 2, 2017, 30-52, 2017a. DOI: <<http://dx.doi.org/10.5380/rhhe.v1i2>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.
- HENRIQUES, H.; MARCHÃO, A. (eds.). Educação de Infância no Espaço Ibero-Americano: múltiplos olhares. **Revista Linhas**. Vol. 18, nº 38, 2017b, e-ISSN 1984-7238. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/issue/view/589/showToc>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.
- HENRIQUES, H.; MARCHÃO, A. Educação de Infância na Revista Aprender (1987-2015). In: SEIXAS, A. M; FERREIRA, A. G; MATOS, A.; BARREIRA, C.; FESTAS, I.; ALCOFORADO, L.; MOTA, L. **Congresso Internacional Transformações e (In)Consistências das Dinâmicas Educativas: Mudanças na Educação e Lei de Bases – Livro de Atas**. ed. 1, ISBN: 978-989-99775-1-8. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, no prelo.

HENRIQUES, H.; MARCHÃO, A. A formação de educadores e de professores em Portugal: da Revolução dos Cravos à Declaração de Bolonha. In: PIMENTA, J. S., CUNHA, C., PACÍFICO, J. M., & BUENO, J. L. P. (Orgs). **Formação de professores: diferentes abordagens sobre a educação e a prática docente** (pp. 49-80). Porto Velho: EDUFRO, 2018.

HENRIQUES, H.; MARCHÃO, A. No espírito da grei: Instruir para civilizar no Império Colonial Português (1925-1941). In: Díaz, J. M. & EYEANG, E. (Eds.), **Los valores en la educación de África. de ayer a hoy**. (pp. 559-572). Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2017c.

HENRIQUES, H.; MARCHÃO, A. O lugar e o estatuto da criança através do periódico Cadernos de Educação de Infância (meados da década de 90 do século XX). **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista. Dossiê temático. Pesquisas em História da Educação: desafios passados e contemporâneos, 243-264, 2020. DOI: <10.22481/praxis.v13i25.951>.

HENRIQUES, H.; MARCHÃO, A. Pensar a educação de infância através da revista Aprender. In: LOPES, R. P.; VARA PIRES, M.; CASTANHEIRA, L.; SILVA, E.; SANTOS, G.; MESQUITA, C.; VAZ, P. (Edits), **III Encontro Internacional de Formação na Docência (INCTE): livro de atas** (pp. 258-266). Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2018a. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/17381>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

HENRIQUES, H.; MARCHÃO, A.; ALMEIDA, A. A viagem pedagógica de ALVES DOS SANTOS (1866-1924): motivações, observações e incorporações. Em A. Silva (Org.), **Sujeitos em movimento. Instituições, circulação de saberes, práticas educativas e culturais** (pp. 169-182). Curitiba: Editora Appris, 2018.

HENRIQUES, H.; MARCHÃO, A.; HERNANDEZ DÍAZ, J. A educação e a natureza na regeneração de menores perigosos em Vila Fernando (Elvas, Portugal) (1.ª metade do século XX). In: HERNANDEZ DÍAZ, J. M. **Prensa pedagógica, mujeres, niños, sectores populares y otros fines educativos** (pp. 333-342). Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2018.

HERNÁNDEZ-DÍAZ, J. M. (Ed.). Presentación. Prensa pedagógica más allá de los profesores. In: J. M. HERNÁNDEZ-DÍAZ. **Prensa Pedagógica, mujeres, niños, sectores populares y otros fines educativos** (pp.11-14). Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2018.

MARCHÃO, A.; HENRIQUES, H. A classe pré-primária: uma classe nova no ensino primário do ultramar português de António Almeida Abrantes (1964) - uma leitura. In: J. M. Díaz, & E. Eyeang (Eds.). **Los valores en la educación de África. De ayer a hoy**. (pp. 597 - 608). Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2017.

MARCHÃO, A.; HENRIQUES, H.; HERNÁNDEZ-DÍAZ, J. Educação Pré-escolar em Portugal: um olhar através do periódico "Escola Democrática" (1975-1989). In: HERNÁNDEZ-DÍAZ, J. M. (Ed.). **Prensa Pedagógica, mujeres, niños, sectores populares y otros fines educativos**. (pp. 603-612). Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2018.

MATTOSO, J. **História de Portugal** (Vol. Quinto Volume). Círculo de Leitores, Lda. e Autores, 1993.

MORGADO, E. **Cuidemos das Criancinhas**. Noções de puericultura. Porto: Imprensa Portuguesa, 1942.

NEVES, H.; CALADO, M. **O Estado Novo e as Mulheres**. Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência, 2001.

PESSOA, A. M. **A Educação das Mães e das Crianças no Estado Novo: a proposta de Maria Lúcia Vassalo Namorado**. 2.º Volume. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa,

Lisboa, 2005. Disponível em:

<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2016/1/ulsd53713_td_Tese_volume2.pdf>. Acesso em: 01 de set. de 2019.

PESSOA, A. M. Revista “Os Nossos Filhos”: resistência e oposição ao Estado Novo - Um olhar sobre as ligações sociais e profissionais da sua autora. **Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher**, (36), 97-114, 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087468852016000200008&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 01 de set. de 2019.

PIMENTEL, I. **História das Organizações Femininas no Estado Novo**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

POPKEWITZ, T.; BLOCH, M. Construindo a criança e a família: Registos de administração social e registos de liberdade. In: NÓVOA, A.; SCHRIEWER, J. (Eds.). **A difusão mundial da escola**, (pp. 33-68.) Lisboa: Educa, 2000.

PORTUGAL. **Decreto n.º 22:241 de Fevereiro de 1933, da Presidência do Ministério. Promulga o Projecto de Constituição Política da república Portuguesa**. Diário do Governo, Lisboa, n.º 43, 22 fev. 1933, 1.ª Série, p. 227-236.

PORTUGAL. **Decreto-lei n.º 26:611 de 19 de Maio de 1936, do Ministério da Educação Nacional. Aprova o Regimento da Junta Nacional de Educação**. Diário do Governo, Lisboa, n.º 116, 19 mai. 1936, 1.ª Série, p. 536-547.

PORTUGAL. **Decreto-lei n.º 28:974 de Agosto de 1938, do Ministério da Agricultura. Relatório**. Diário do Governo, Lisboa, n.º 200, 29 ago. 1938, 1.ª Série, p. 1267-1275.

PORTUGAL. **Decreto-lei ou 32:192 de 13 de Agosto de 1942, da Presidência do Conselho. Estabelece, pela primeira vez, o regime de abono de família para trabalhadores por conta de outrem**. Diário do Governo, Lisboa, n.º 188, 13 ago. 1942, 1.ª Série, p. 1025-1028.

ROCHA, J.; FELGUEIRAS, M. O movimento associativo normalista do Porto na República. In: HERNÁNDEZ-DÍAZ, J. M. (Ed.), **Prensa Pedagógica, mujeres, niños, sectores populares y otros fines educativos**, (p. 249-271). Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2018.

ROSE, N. **Governing the soul: The shaping of the private self**. London: Free Association Books, 1999.

SOUSA, A. **Investigação em Educação**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

Enviado em: 23/04/2020.

Aceito em: 09/08/2020.

Publicado em: 30/08/2020.